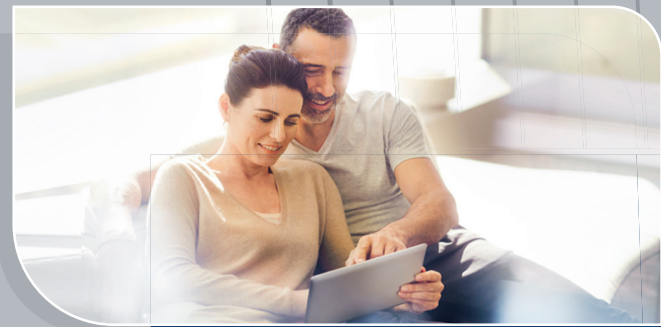


# Banco Mercedes-Benz

## Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A.

CNPJ nº 60.814.191/0001-57  
Avenida do Café, 277 - Torre A - 6º Andar - Jabaquara  
CEP: 04311-900 - São Paulo - SP  
Tel.: (11) 3792-9700 - Fax: (11) 3792-9947



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração do **Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A.**, submete à apreciação de V. Sas., o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras acompanhadas das Notas Explicativas, o Relatório do Comitê de Auditoria e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

As Demonstrações Financeiras apresentadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

### DESEMPENHO

O Banco Mercedes-Benz, líder em financiamento em todos os segmentos de atuação, registrou em 2019 os melhores números de toda sua história no Brasil. Com o desafio de superar seu próprio recorde de R\$ 4.790.796 mil em novos negócios feitos em 2014, a instituição alcançou R\$ 5.585.785 mil em 2019.

Esse resultado representa um crescimento de 45,8% em comparação com o ano de 2018 (R\$ 3.831.348 mil). O principal destaque do período ficou por conta do desempenho de veículos comerciais, que alcançaram um total de R\$ 4.853.445 mil e marcaram o maior volume de caminhões, ônibus e vans novos já financiados pelo Banco, representando um aumento de 52,7% ante os R\$ 3.178.233 mil no fechamento de 2018. O segmento de caminhões obteve o volume mais expressivo de financiamentos, somando R\$ 2.810.380 mil, contra R\$ 1.817.554 mil registrados no ano anterior, aumento de 54,6%. O segmento de ônibus registrou R\$ 1.747.674 mil em novos financiamentos, aumento de 46,2% em comparação com 2018, que registrou R\$ 1.195.083 mil. O segmento de vans foi o que mais cresceu percentualmente, com 78,4% de aumento no montante durante todo o ano, totalizando R\$ 295.391 mil, contra R\$ 165.596 mil alcançados em 2018. Já o segmento de automóveis somou R\$ 289.725 mil em novos negócios.

O Banco Mercedes-Benz também teve atuação relevante no segmento de usados, com um volume de R\$ 166.179 mil contratados em 2019, um salto de 86,5% em relação aos R\$ 89.086 mil obtidos em 2018.

### RESULTADO

O Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A. encerrou o exercício de 2019 com um lucro líquido de R\$ 290.455 mil, representando uma rentabilidade de 15,9% sobre o Patrimônio Líquido médio (2018 - lucro líquido de R\$ 145.320 mil).

### RECEITA DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

A receita da intermediação financeira no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$ 1.116.244 mil apresentou um crescimento de 23,8% em relação ao exercício anterior (R\$ 901.743 mil) e o resultado bruto da intermediação financeira encerrou o exercício com um montante de R\$ 514.393 mil (2018 - R\$ 414.787 mil) um crescimento de 24,0%.

### PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no montante de

R\$ 1.975.898 mil apresentou crescimento de 17,1% em relação ao exercício anterior (2018 - R\$ 1.686.814 mil).

### OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS

A carteira de crédito atingiu ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 o montante de R\$ 12.392.417 mil (R\$ 11.200.298 mil de operações de crédito e R\$ 1.192.119 mil de outros créditos), ante R\$ 9.486.577 mil (R\$ 8.650.383 mil de operações de crédito e R\$ 836.194 mil de outros créditos) em 31 de dezembro de 2018 representando um crescimento de 30,6%.

### ATIVOS TOTAIS

Os ativos totais atingiram ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 o montante de R\$ 12.992.772 mil (2018 - R\$ 10.031.751 mil) representando um crescimento de 29,5%.

### CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DE CRÉDITO POR AGÊNCIA DE RATING

O Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A. é classificado pela Fitch Ratings, agência reconhecida internacionalmente e uma das três grandes agências de classificação de risco de crédito do mundo.

O *rating* e as notas atribuídas refletem a qualidade de sua administração na gestão dos negócios, o desempenho operacional, solidez financeira, baixo nível de risco, além de outros fatores relacionados ao setor financeiro e ao ambiente econômico no qual o Banco está inserido.

- *Rating* Nacional de Longo Prazo 'AAA (bra)', Perspectiva Estável;

- *Rating* Nacional de Curto Prazo F1+ (bra)

### ÍNDICE DA BASILEIA

O Banco Central do Brasil determina às instituições financeiras manter um Patrimônio de Referência (PR) compatível com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, conforme estabelecido pelas Resoluções nº 4.192 e nº 4.193 de 2013. O índice de Adequação de Capital é calculado de forma consolidada tomando-se como base os dados do Conglomerado Prudencial - Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A. e, atingiu ao final do exercício de 2019 o percentual de 14,1% (2018 - 15,6%) percentual acima do limite mínimo (PR) de 8,0%, exigido pelo Banco Central do Brasil.

### COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A., instituição líder do Conglomerado Mercedes-Benz, é único para as empresas do Conglomerado Mercedes-Benz, e foi constituído nos termos da Resolução nº 3.198 de 27 de maio de 2004 do Conselho Monetário Nacional e implementado no início de 2012.

É constituído por membros da diretoria do Banco e é responsável por supervisionar o Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A. e a Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A., em conjunto aqui denominado "Conglomerado Financeiro" além do Conglomerado Prudencial Mercedes-Benz do Brasil e as Demonstrações Financeiras Consolidadas em I.F.R.S. do Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A. avaliando a qualidade e a integridade das demonstrações financeiras, o cumprimento das exigências legais e

regulamentares, os processos de controles internos e de gerenciamento de riscos, bem como, a efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa.

### COMITÊ DE REMUNERAÇÃO

O Comitê de Remuneração do Banco Mercedes-Benz é composto por quatro membros cujas principais responsabilidades são: elaborar a política de remuneração dos administradores da instituição; supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores; revisar anualmente a política de remuneração de administradores, recomendando às diretorias da sociedade a sua correção ou aprimoramento; avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores; analisar a política de remuneração de administradores em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação às empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; e, zelar para que a política de remuneração dos administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e situação financeira atual e esperada da instituição e com o que dispuser a lei e a regulamentação aplicável.

### PREVENÇÃO AO CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO

O Banco Mercedes-Benz conta com um programa de prevenção ao crime de lavagem de dinheiro cujo objetivo é evitar o uso indevido de seus produtos e serviços em prol da intermediação de recursos oriundos de atividades ilícitas e do financiamento ao terrorismo. Para tanto possui um conjunto de políticas, processos, treinamentos e sistemas específicos que visam conhecer os seus clientes e o monitoramento de suas operações, possibilitando a identificação tempestiva de situações suspeitas ou atípicas, sua avaliação e notificação às autoridades competentes.

### GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Banco Mercedes-Benz possui uma estrutura interna de *compliance* e auditoria, de modo a assegurar um ambiente operacional baseado nas melhores práticas de mercado, principalmente em termos de governança e transparência. O Banco está estruturado de forma a conduzir-se no caminho do crescimento sustentável, tendo como base o conjunto de normas e procedimentos que asseguram o cumprimento das determinações legais e regulamentares, bem como as políticas internas da instituição. A gestão de riscos da empresa é efetuada de forma consolidada e em conformidade com as regras e normas internas, estando a mesma segregada das unidades de negócio e auditoria interna.

### AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao acionista, aos clientes e a rede de concessionários pela confiança e credibilidade e em especial aos nossos funcionários e colaboradores, pela dedicação e empenho que possibilitaram o desenvolvimento de nossos produtos e serviços.

São Paulo, 13 de março de 2020

A Administração

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2º Semestre/		
		2019	2019	2018
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		<b>577.032</b>	<b>1.116.244</b>	<b>901.743</b>
Operações de crédito	8	532.277	1.031.452	812.345
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5	4.902	10.987	10.375
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	8	39.853	73.805	79.023
<b>Despesas da intermediação financeira</b>		<b>(293.595)</b>	<b>(601.851)</b>	<b>(486.956)</b>
Operações de captação no mercado	20	(183.846)	(317.573)	(131.306)
Operações de empréstimos e repasses	15	(110.411)	(267.143)	(310.476)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7	(1.442)	(1.459)	—
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	2.104	(15.676)	(45.174)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>283.437</b>	<b>514.393</b>	<b>414.787</b>
<b>Outras receitas/despesas operacionais</b>		<b>(73.061)</b>	<b>(136.903)</b>	<b>(154.440)</b>
Rendas de tarifas bancárias		13.978	25.523	16.665
Despesas de pessoal	21	(45.589)	(83.683)	(81.670)
Outras despesas administrativas	22	(59.642)	(103.138)	(86.259)
Despesas tributárias	23	(14.581)	(27.935)	(22.031)
Resultado de participações em coligadas e controladas	12	32.191	35.065	20.834
Outras receitas operacionais	24	23.316	69.099	74.171
Outras despesas operacionais	25	(22.734)	(51.834)	(76.150)
<b>Resultado operacional</b>		<b>210.376</b>	<b>377.490</b>	<b>260.347</b>
<b>Resultado não operacional</b>		<b>305</b>	<b>18.191</b>	<b>4.296</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>		<b>210.681</b>	<b>395.681</b>	<b>264.643</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(32.693)</b>	<b>(105.226)</b>	<b>(119.323)</b>
Provisão para imposto de renda		(44.750)	(75.397)	(49.329)
Provisão para contribuição social		(27.042)	(45.649)	(40.249)
Ativo fiscal diferido		39.099	15.820	(29.745)
<b>Lucro líquido do semestre/exercício</b>		<b>177.988</b>	<b>290.455</b>	<b>145.320</b>
<b>Quantidade de ações</b>		<b>55.466</b>	<b>55.466</b>	<b>55.466</b>
<b>Lucro por ação</b>		<b>3.208,96</b>	<b>5.236,63</b>	<b>2.619,98</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2º Semestre/		
		2019	2019	2018
<b>Atividades operacionais</b>				
<b>Lucro líquido ajustado</b>		<b>180.080</b>	<b>366.361</b>	<b>292.817</b>
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		210.681	395.681	264.643
<b>Ajustes do lucro líquido</b>		<b>(30.601)</b>	<b>(29.320)</b>	<b>28.174</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(2.104)	15.676	45.174
Resultado de participações em controladas		(32.191)	(35.065)	(20.834)
Depreciação e amortização		1.079	2.083	1.200
Prejuízo na alienação de bens não de uso próprio		(722)	6.709	8.869
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio		787	(24.135)	(13.181)
Despesas com dívidas subordinadas		2.606	5.863	6.946
(Lucro)/prejuízo na alienação de imobilizado de uso		(56)	(451)	—
<b>Variação de ativos e obrigações</b>		<b>(43.192)</b>	<b>(313.040)</b>	<b>(226.210)</b>
(Aumento)/redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		102	(41.033)	(10.529)
Aumento de operações de crédito (Aumento)/redução de outros créditos		(1.537.074)	(2.585.645)	(2.139.812)
Redução de outros valores e bens		10.783	27.728	10.763
Aumento de depósitos		2.926.249	4.138.477	2.064.502
Aumento/(redução) de recursos de aceites e emissão de títulos		(322.014)	(302.217)	64.387
Redução de obrigações por repasses do País		(636.047)	(1.132.623)	(727.133)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(19.826)	(96.394)	(29.120)
Aumento de instrumentos financeiros derivativos		1.442	1.459	—
Aumento de outras obrigações		8.349	33.360	26.463
Redução de resultados de exercícios futuros		(1.672)	(2.306)	(5.531)
<b>Caixa líquido proveniente de atividades operacionais</b>		<b>136.888</b>	<b>53.321</b>	<b>66.607</b>
<b>Atividades de investimento</b>				
Aquisição de imobilizado de uso		(4.278)	(7.803)	(4.681)
Alienação de imobilizado de uso		274	2.646	—
<b>Caixa líquido aplicado em atividades de investimento</b>		<b>(4.004)</b>	<b>(5.157)</b>	<b>(4.681)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>				
Redução de dívidas subordinadas		(97.265)	(97.265)	(644)
<b>Caixa líquido aplicado em atividades de financiamento</b>		<b>(97.265)</b>	<b>(97.265)</b>	<b>(644)</b>
<b>Aumento/(redução) de caixa e equivalente de caixa</b>		<b>35.619</b>	<b>(49.101)</b>	<b>61.282</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do semestre/exercício		40.032	124.752	63.470
Caixa e equivalente de caixa no fim do semestre/exercício		75.651	75.651	124.752
<b>Aumento/(redução) de caixa e equivalente de caixa</b>		<b>35.619</b>	<b>(49.101)</b>	<b>61.282</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

lançados no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de Avaliação Patrimonial". **Títulos mantidos até o vencimento** - representados por títulos e valores mobiliários para os quais a Administração tem a intenção e a capacidade financeira para mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos. **f. Instrumentos financeiros derivativos - IFD** Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor justo por ocasião dos balançetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros. A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

Ativo	Nota	2019	2018
<b>Circulante</b>		<b>6.263.678</b>	<b>5.245.900</b>
Disponibilidades	4	75.651	83.315
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>		<b>175.858</b>	<b>176.262</b>
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	175.858	176.262
<b>Operações de crédito</b>		<b>4.624.115</b>	<b>3.955.898</b>
Operações de crédito			
Setor privado		4.779.374	4.136.054
(Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa)		(155.259)	(180.156)
<b>Outros créditos</b>		<b>1.377.392</b>	<b>1.009.148</b>
Diversos	9	1.390.200	1.024.025
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)		(12.808)	(14.877)
<b>Outros valores e bens</b>		<b>10.662</b>	<b>21.277</b>
Outros valores e bens	11	25.905	60.833
(Provisões para desvalorizações)		(15.936)	(40.071)
Despesas antecipadas		693	515
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>6.636.377</b>	<b>4.731.724</b>
<b>Títulos e valores mobiliários</b>		<b>645</b>	<b>580</b>
Carteira própria	6	645	580
<b>Operações de crédito</b>		<b>6.214.183</b>	<b>4.314.501</b>
Operações de crédito			
Setor privado		6.420.924	4.514.329
(Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa)		(206.741)	(199.828)
<b>Outros créditos</b>		<b>421.236</b>	<b>416.643</b>
Diversos	9	421.236	416.643
<b>Outros valores e bens</b>		<b>313</b>	<b>—</b>
Despesas antecipadas	11	313	—
<b>Permanente</b>		<b>92.717</b>	<b>54.127</b>
<b>Investimentos</b>		<b>82.784</b>	<b>47.719</b>
Participações em coligadas e controladas no País	12	82.771	47.706
Outros investimentos		13	13
<b>Imobilizado de uso</b>		<b>9.917</b>	<b>6.364</b>
Outras imobilizações de uso		15.299	10.106
(Depreciações acumuladas)		(5.382)	(3.742)
<b>Intangível</b>		<b>16</b>	<b>44</b>
Ativos intangíveis		1.679	1.679
(Amortização acumulada)		(1.663)	(1.635)
<b>Total do ativo</b>		<b>12.992.772</b>	<b>10.031.751</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Passivo	Nota	2019	2018
<b>Circulante</b>		<b>6.652.823</b>	<b>4.660.232</b>
<b>Depósitos</b>		<b>4.791.441</b>	<b>2.400.783</b>
Depósitos interfinanceiros	13	3.094.718	2.251.393
Depósitos a prazo		1.696.723	149.390
<b>Recursos de aceites e emissão de títulos</b>		<b>320.082</b>	<b>320.774</b>
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	14	320.082	320.774
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>		<b>7</b>	<b>—</b>
<b>Obrigações por repasses do País - instituições oficiais</b>		<b>1.304.704</b>	<b>1.665.966</b>
FINAME	15	1.241.186	1.625.959
CEF		63.518	40.007
<b>Outras obrigações</b>		<b>232.600</b>	<b>272.709</b>
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		2.861	3.487
Fiscais e previdenciárias	17	126.680	95.484
Diversas	17	103.059	82.336
Dívidas subordinadas	16	—	91.402
<b>Exigível a longo prazo</b>		<b>4.355.328</b>	<b>3.673.676</b>
<b>Depósitos</b>		<b>2.379.914</b>	<b>632.095</b>
Depósitos interfinanceiros	13	1.294.872	—
Depósitos a prazo		1.085.042	632.095
<b>Recursos de aceites e emissão de títulos</b>		<b>—</b>	<b>301.525</b>
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	14	—	301.525
<b>Obrigações por repasses do País - instituições oficiais</b>		<b>1.751.635</b>	<b>2.522.996</b>
FINAME	15	1.583.506	2.397.494
CEF		168.129	125.502
<b>Outras obrigações</b>		<b>223.779</b>	<b>217.060</b>
Fiscais e previdenciárias	17	130	90
Diversas	17	223.649	216.970
<b>Resultados de exercícios futuros</b>		<b>18</b>	<b>8.723</b>
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>19</b>	<b>1.975.898</b>
Capital			
De domiciliados no País		1.639.377	1.501.323
Reservas de lucros		337.757	185.356
Ajustes de avaliação patrimonial		(1.236)	135
<b>Total do passivo</b>		<b>12.992.772</b>	<b>10.031.751</b>

(Em milhares de Reais)

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2019

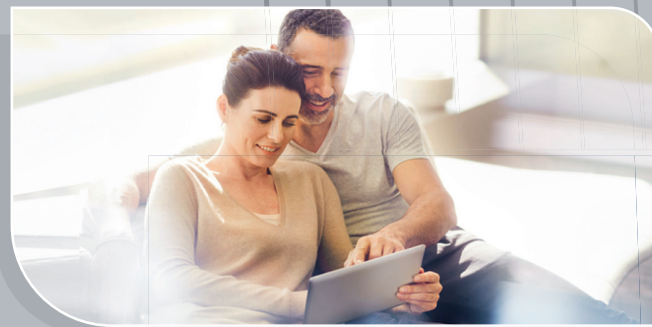
(Em milhares de Reais)

	Capital	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
		Legal	Especial			
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2018</b>	<b>1.469.490</b>	<b>40.036</b>	<b>31.833</b>	<b>93</b>	<b>—</b>	<b>1.541.452</b>

# Banco Mercedes-Benz

## Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A.

CNPJ nº 60.814.191/0001-57  
Avenida do Café, 277 - Torre A - 6º Andar - Jabaquara  
CEP: 04311-900 - São Paulo - SP  
Tel.: (11) 3792-9700 - Fax: (11) 3792-9947



continuação

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização. O valor de mercado contempla o risco de crédito da contraparte (ajuste de *spread* de crédito).

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações nas taxas de juros de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e estão classificados, de acordo com a sua natureza, na categoria de *hedge* de fluxo de caixa. Nesta categoria são classificados os instrumentos financeiros derivativos destinados a compensar a variação do fluxo de caixa futuro estimado da instituição.

Para estas operações os instrumentos financeiros derivativos são ajustados ao valor de mercado, sendo que a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações, líquida dos efeitos tributários, registra-se na conta "Ajustes de avaliação patrimonial", destacada do Patrimônio Líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

Para os itens objeto que forem descontinuados da relação de *hedge* de fluxo de caixa e permanecem registrados no balanço, a reserva acumulada no patrimônio líquido será reconhecida de forma linear no resultado pelo período a decorrer da operação.

#### g. Operações de crédito, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil (BACEN), que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda), bem como a classificação das operações com atraso superior ou igual a 15 dias como operações em curso anormal. Com relação ao período de atraso verificado nas operações de crédito com prazo a decorrer superior a 3 anos, admite-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis. O Banco optou por não adotar a contagem em dobro das operações de crédito com prazo a decorrer superior a 3 anos. As rendas das operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas por cinco anos em contas de compensação, não mais figurando em contas patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na Nota 8.

#### h. Despesas antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

#### i. Ativo permanente

**Investimentos:** o investimento em empresa controlada está avaliado pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e são ajustados a valor de mercado através da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes.

**Imobilizado de uso:** registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear com base em taxas anuais, considerando a expectativa de vida útil econômica dos bens (instalações, móveis e equipamentos de uso - 10%, veículos e sistemas de processamento de dados - 20%).

**Intangível:** registrados ao custo de aquisição os gastos com desenvolvimento de softwares são amortizados às taxas de 20% ao ano, que considera a vida útil dos ativos intangíveis.

#### j. Redução ao valor recuperável

A entidade avalia ao fim de cada período, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade estima o valor recuperável do ativo que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na demonstração do resultado.

**k. Depósitos, obrigação por emissão de letras financeiras e dívidas subordinadas** São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

#### l. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As contingências ativas e passivas e obrigações legais são avaliadas, reconhecidas e demonstradas de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do Banco Central do Brasil (BACEN).

A probabilidade de perda das contingências é classificada como remota, possível ou provável com base no julgamento dos advogados, internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica. Esse é um exercício subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, sobremaneira acerca de matéria jurídica. Como tal, é entendido que as avaliações serão sujeitas à atualização frequente e a alterações.

**Ativos contingentes** - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de decisão judicial favorável, sobre a qual não se admitam recursos, caracterizados como praticamente certo. Os ativos com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa.

**Passivos contingentes** - São reconhecidos contabilmente quando a opinião dos consultores jurídicos avaliarem a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificadas como possível, são apenas divulgados em nota explicativa.

**Obrigações legais** - Estão reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

#### m. Resultados de exercícios futuros

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deu origem, sobre as quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, depende apenas da fluência do prazo.

#### n. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 mil ao ano e de 15% para a contribuição social até 31 de agosto de 2015 e 20% a partir de 01 de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018 e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real (Nota 27).

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com a Resolução nº 3.059/02 e alterações introduzidas pela Resolução nº 3.355/06 do Banco Central do Brasil (BACEN), e levam em consideração o histórico de rentabilidade em pelo menos três dos últimos cinco exercícios sociais e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

#### o. Demais ativos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Compostos por disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez de curto prazo, e estão assim demonstrados:

	2019	2018
Disponibilidades	75.651	83.315
Aplicações interfinanceiras de liquidez <sup>1</sup>	-	41.437
<b>Total</b>	<b>75.651</b>	<b>124.752</b>

<sup>1</sup>Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias, liquidez imediata e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

#### 5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as aplicações interfinanceiras de liquidez eram compostas por depósitos interfinanceiros, nas seguintes faixas de vencimento:

	2019	2018
Até 90 dias	134.714	134.951
91 a 180 dias	41.144	41.311
<b>Total</b>	<b>175.858</b>	<b>176.262</b>

O resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez foi de R\$ 10.987 no exercício de 2019 (R\$ 10.375 em 2018), apresentado na rubrica "Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários".

#### 6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2019		2018	
Carteira Própria - Disponível para a venda	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
Fundo Garantidor para Investimentos - FGI	355	645	290	355
<b>Total</b>	<b>355</b>	<b>645</b>	<b>290</b>	<b>355</b>

O FGI é um fundo de natureza privada, constituído e administrado pelo BNDES com patrimônio próprio com aportes realizados pela União, sendo os agentes financeiros cotistas do fundo. O Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A. subscreveu cotas Classe B de emissão do FGI no montante de R\$ 355, totalmente integralizadas, passando assim a ter o direito para operar com a outorga de garantias nos termos do Estatuto do Fundo Garantidor de Investimentos.

#### 7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Banco se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para gerenciar, de forma

consolidada, suas posições e atender às necessidades de sua operação, classificando as posições próprias em destinadas a *hedge* de fluxo de caixa. A estratégia de *hedge* das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pela Administração.

#### Riscos

Os principais riscos, inerentes aos instrumentos financeiros derivativos, decorrentes dos negócios do Banco são os de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

Risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a: (a) Não cumprimento pela contraparte (o tomador de recursos, o garantidor ou o emissor de títulos ou valor mobiliário adquirido), de suas obrigações nos termos pactuados; (b) Desvalorização, redução de rendimentos e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; (c) Reestruturação de instrumentos financeiros; ou (d) Custos de recuperação de exposições de ativos problemáticos.

Os contratos de *swaps* registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão estão sujeitos ao risco de crédito caso a contraparte não tenha capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais.

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma Instituição Financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação de fatores de riscos, tais como taxas de juros, paridades cambiais, preços de ações e de *commodities*, entre outros.

O risco de liquidez é definido pela:

- Possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- Possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

#### a. Composição da carteira de derivativos: Hedge de fluxo de caixa

Para proteger os fluxos de caixa futuros contra a exposição ao risco de variações na taxa de juros variável (CDI), o Banco adquiriu contrato de *swap* no mercado de balcão, registrado na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão.

				2019		
Swap	Local de negociação	Início	Vencimento	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Posição Ativa - DI	Balcão - Instituições financeiras	28/05/2019	28/05/2020	300.000	310.103	310.103
Posição Passiva - Pré				300.000	(311.562)	(314.099)
<b>Diferencial a pagar</b>				-	<b>(1.459)</b>	<b>(3.996)</b>

#### b. Ganhos e perdas no resultado dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

				2019		
Hedge de fluxo de caixa	Instrumento financeiro	Vencimento	Valor de referência	Parcela efetiva acumulada	Parcela inefetiva acumulada	
Instrumento de hedge	Swap - DI x Pré	28/05/2020	300.000	(1.459)	(2.537)	
Item objeto de hedge	Letras financeiras - Pós	04/12/2020	300.000	(10.735)	-	

#### 8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

##### a. Composição da carteira de crédito e provisão para perdas, por diversificação e por produto

	2019		2018	
Produto	Valor presente	Provisão	Valor presente	Provisão
<b>Empréstimos</b>	<b>274.116</b>	<b>107.560</b>	<b>395.691</b>	<b>133.189</b>
Capital de giro	274.054	107.559	395.443	133.179
Empréstimo pessoal	62	1	248	10
<b>Financiamentos</b>	<b>10.926.182</b>	<b>254.440</b>	<b>8.254.692</b>	<b>246.795</b>
CDC	6.380.358	107.718	2.733.053	46.784
FINAME pós	2.198.948	48.629	2.799.930	61.751
Floorplan <sup>1</sup>	1.547.655	74.570	1.306.739	52.277
FINAME pré	561.733	20.993	1.241.437	84.328
Refrota	231.682	2.170	165.367	1.423
CDC serviços	5.806	360	8.166	232
<b>Outros créditos (Nota 9)</b>	<b>1.192.119</b>	<b>12.808</b>	<b>836.194</b>	<b>14.877</b>
<b>Total</b>	<b>12.392.417</b>	<b>374.808</b>	<b>9.486.577</b>	<b>394.861</b>

<sup>1</sup> Refere-se a operações de financiamentos que visa viabilizar a aquisição de veículos pelas concessionárias autorizadas, junto a Mercedes-Benz do Brasil Ltda.

##### b. Resultado com operações de crédito e operações de venda ou de transferência de ativos financeiros

	2º Semestre/2019		2019		2018	
Operações de Crédito	532.276	1.031.452	812.345			
Empréstimos	20.400	41.757	61.150			
Financiamentos	489.944	935.724	661.747			
Recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízo			21.932	53.971	89.448	
<b>Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros</b>	<b>39.854</b>	<b>73.805</b>	<b>79.023</b>			
Outros créditos com características de concessão de créditos		39.854	73.805	79.023		
<b>Total</b>	<b>572.130</b>	<b>1.105.257</b>	<b>891.368</b>			

##### c. Composição da carteira de crédito e provisão para perdas, nos correspondentes níveis de risco e segregado por créditos em curso normal e anormal

Nível de risco	% provisão mínima requerida	Curso normal		Curso anormal		Total	
		Valor presente	Provisão	Valor presente	Provisão	Valor presente	Provisão
AA	0%	562.023	-	-	-	562.023	-
A	0,50%	7.392.531	36.963	-	7.392.531	36.963	-
B	1%	2.938.682	29.392	19.028	190	2.957.710	29.582
C	3%	763.038	22.891	58.445	1.753	821.483	24.644
D	10%	142.039	14.204	40.287	4.029	182.326	18.233
E	30%	181.246	54.374	11.975	3.592	193.221	57.966
F	50%	4.553	2.276	3.627	1.813	8.180	4.089
F	70%	235.296	164.707	3.410	2.387	238.706	167.094
G	100%	3.210	3.210	33.027	36.237	36.237	
<b>Total</b>		<b>12.222.618</b>	<b>328.017</b>	<b>169.799</b>	<b>46.791</b>	<b>12.392.417</b>	<b>374.808</b>
<b>% sobre o total do risco</b>							<b>3,02%</b>

Nível de risco	% provisão mínima requerida	Curso normal		Curso anormal		Total	
		Valor presente	Provisão	Valor presente	Provisão	Valor presente	Provisão
AA	0%	311.989	-	-	-	311.989	-
A	0,50%	5.156.738	25.784	-	5.156.738	25.784	-
B	1%	2.488.034	24.880	11.881	119	2.499.915	24.999
C	3%	662.180	19.864	53.263	1.598	715.443	21.462
D	10%	116.835	11.683	36.187	3.619	153.022	15.302
E	30%	315.322	94.597	31.903	9.571	347.225	104.168
F	50%	39.050	19.525	37.100	18.550	76.150	38.075
G	70%	115.078	80.554	88.334	61.834	203.412	142.388
H	100%	4.655	4.655	18.028	22.683	22.683	
<b>Total</b>		<b>9.209.881</b>	<b>281.542</b>	<b>276.696</b>	<b>113.319</b>	<b>9.486.577</b>	<b>394.861</b>
<b>% sobre o total do risco</b>							<b>4,16%</b>

##### d. Composição da carteira de crédito e provisão para perdas por diversificação e por setor econômico

Nível de risco	2019		2018	
	Indústria	Comércio	Outros serviços	Pessoas físicas
AA	39.811	131.429	334.430	56.353
A	96.081	1.564.571	5.471.116	260.763
B	30.717	1.127.521	1.702.779	96.693
C	32.746	513.947	249.999	24.971
D	1.087	26.819	150.557	3.863
E	18.313	12.522	161.505	881
F	341	1.444	6.055	340
G	9.493	139.023	89.613	577
H	781	5.192	27.611	2.653
<b>Total</b>	<b>229.370</b>	<b>3.522.468</b>	<b>8.193.665</b>	<b>446.914</b>
<b>% sobre o total do risco</b>				<b>4,16%</b>

##### 11. DEPÓSITOS

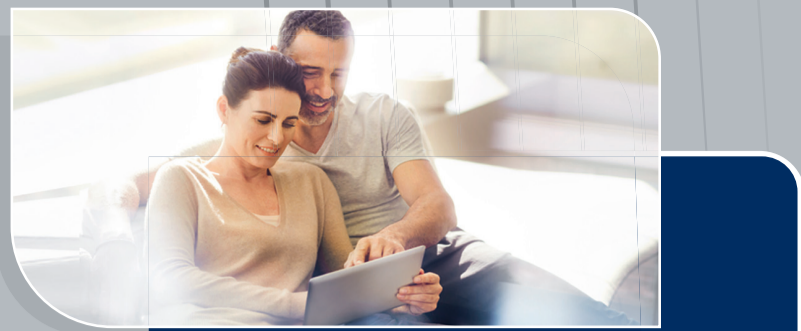
###### a. Composição por segmento de mercado

Instrumento	Indexador	Contraparte	Remuneração	Valor da operação		Custo atualizado	
				2019	2018	2019	2018
Depósitos a prazo	Pós-fixado	Fundos Ligadas	de 104,5% do CDI	486.200	-	486.567	-
		Pessoa Jurídica	de 101,5% do CDI	3			

# Banco Mercedes-Benz

## Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A.

CNPJ nº 60.814.191/0001-57  
Avenida do Café, 277 - Torre A - 6º Andar - Jabaquara  
CEP: 04311-900 - São Paulo - SP  
Tel.: (11) 3792-9700 - Fax: (11) 3792-9947



continuação

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

#### b. Vencimentos

	2019			2018		
	Depósitos inter-financeiros	Depósitos a prazo	Total	Depósitos inter-financeiros	Depósitos a prazo	Total
1 a 90 dias	869.382	555.260	1.424.642	1.650.192	144.271	1.794.463
91 a 180 dias	645.769	581.486	1.227.255	601.201	3.664	604.865
181 a 360 dias	1.579.567	559.977	2.139.544	-	1.455	1.455
Acima de 360 dias	1.294.872	1.085.042	2.379.914	-	632.095	632.095
<b>Total</b>	<b>4.389.590</b>	<b>2.781.765</b>	<b>7.171.355</b>	<b>2.251.393</b>	<b>781.485</b>	<b>3.032.878</b>

#### 14. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

São obrigações por emissão de letras financeiras, com prazo mínimo de vencimento de 24 meses com taxa média de juros pós-fixada de 102,75% a 103% do DI. Os títulos estão registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Tipo	Emissão	Vencimento	Valor da operação	Custo atualizado	
				2019	2018
LF- pós	30/11/2018	04/12/2020	300.000	320.082	301.525
LF- pós	13/12/2017	18/12/2019	-	-	320.774
<b>Total</b>				<b>320.082</b>	<b>622.299</b>

#### 15. OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS

Programas	Indexador	Remuneração a.a.	2019		2018	
			2019	2018	2019	2018
FINAME	Pós-fixado	de 0,00% a.a. até 19,79% a.a.	559.635	1.234.457	-	-
		de 3,12% a.a. até 5,51% a.a. + TLP	1.086.423	887.103	-	-
		de 6,47% a.a. até 9,60% a.a. + TLP	869.085	1.467.622	-	-
		+ TJLP + SELIC	236.016	379.985	-	-
		de 8,72% a.a. até 9,26% a.a. + TLP + SELIC	73.533	54.286	-	-
Refrota	Pós-fixado	de 6,60% a.a. até 7,38% a.a. + TR	231.647	165.509	-	-
<b>Total</b>			<b>3.056.339</b>	<b>4.188.962</b>		

Vencimentos	2019			2018		
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	2019	2018
FINAME	346.352	894.834	1.583.506	2.824.692	4.023.453	-
Refrota	15.122	48.396	168.129	231.647	165.509	-
<b>Total</b>	<b>361.474</b>	<b>943.230</b>	<b>1.751.635</b>	<b>3.056.339</b>	<b>4.188.962</b>	

As obrigações por repasses geraram despesa no montante de R\$ 267.143 no exercício de 2019 (R\$ 310.476 em 2018), apresentadas na rubrica "Despesas de operações de empréstimos e repasses".

#### 16. DÍVIDAS SUBORDINADAS

Em 22 de novembro de 2013 baseado na Resolução nº 4.192/13 o Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A. efetuou emissão de LF-pós subordinada no montante de R\$ 50.000, todas as emissões devidamente aprovadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e compõem o nível II do Patrimônio de Referência ("PR").

Tipo	Emissão	Vencimento	Indexador	Valor da operação	
				2019	2018
LF- pós subordinada	22/11/2013	22/11/2019	115% CDI	50.000	-
<b>Total</b>				<b>50.000</b>	<b>0</b>

#### 17. OUTRAS OBRIGAÇÕES

##### a. Fiscais e previdenciárias

	2019	2018
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	121.024	90.826
Encargos trabalhistas a recolher	2.688	2.347
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros a recolher	220	173
Outros impostos e contribuições a recolher	2.878	2.228
<b>Total</b>	<b>126.810</b>	<b>95.574</b>

##### b. Diversas

	2019	2018
Provisão para passivos contingentes (Nota 28)	212.740	209.506
Provisão para despesas de pessoal	38.256	34.267
Outras despesas administrativas	19.557	21.066
Aquisição de recebíveis a pagar - AoR	14.612	742
Provisão de desconto de duplicatas liquidadas antecipadamente	9.274	9.713
Seguros a processar	8.433	4.225
Cobrança de operações de créditos a processar	8.266	3.924
Outros pagamentos	8.058	7.452
Operações de crédito a pagar	7.512	7.285
Captações a processar	-	1.126
<b>Total</b>	<b>326.708</b>	<b>299.306</b>

#### 18. RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Composto por subsídios recebidos da Mercedes-Benz do Brasil Ltda. referentes a "contrato de equalização de taxas de juros" das operações de repasses do BNDES FINAME PSI e por campanhas de estímulo e incremento das vendas de veículos de fabricação da montadora por valores considerados suficientes para remunerar adequadamente as operações efetuadas pelo Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A., no montante de R\$ 8.723 no exercício de 2019 (R\$ 11.029 em 2018) que são apropriados ao resultado pelo prazo contratual na rubrica "Operações de Crédito", no montante de R\$ 14.638 no exercício de 2019 (R\$ 17.513 em 2018).

#### 19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

##### a. Capital social

O capital social é representado por 55.466 (cinquenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e seis) ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 23 de abril de 2018 foi deliberado aumento de capital social com a utilização do saldo da conta Reservas Especiais de Lucros, no montante de R\$ 31.833, sem emissão de novas ações, homologado pelo BACEN em 18 de maio de 2018.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 22 de abril de 2019 foi deliberado aumento de capital social com a utilização do saldo da conta Reservas Especiais de Lucros, no montante de R\$ 138.054, sem emissão de novas ações, homologado pelo BACEN em 21 de maio de 2019.

##### b. Reservas

A conta reserva de lucros do Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A. é composta por reserva legal e reserva especial de lucros. O saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atendido esse limite, a assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização do capital social ou na distribuição de dividendos.

Reserva legal - Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do semestre, antes de qualquer outra destinação, que não poderá exceder a 20% do capital social.

##### c. Ajuste a valor de mercado

O saldo de ajuste a valor de mercado corresponde à atualização dos títulos privados disponíveis para venda e dos instrumentos financeiros derivativos, líquidos dos efeitos tributários.

	31/12/2019			31/12/2018		
	Ajuste	Efeito fiscal	Total	Ajuste	Efeito fiscal	Total
<b>Títulos disponíveis para venda</b>	<b>225</b>	<b>(90)</b>	<b>135</b>	<b>169</b>	<b>(76)</b>	<b>93</b>
Saldo Inicial	65	(41)	24	56	(14)	42
Mutações do exercício	160	(51)	109	113	(62)	51
<b>Saldo final</b>	<b>290</b>	<b>(131)</b>	<b>159</b>	<b>225</b>	<b>(90)</b>	<b>135</b>

##### Derivativos

	Ajuste	Efeito fiscal	Total	Ajuste	Efeito fiscal	Total
Saldo Inicial	-	-	-	-	-	-
Mutações do exercício	(2.537)	1.141	(1.396)	-	-	-
<b>Saldo final</b>	<b>(2.537)</b>	<b>1.141</b>	<b>(1.396)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

##### d. Dividendos

É assegurado aos acionistas o direito a um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido ajustado a ser pago anualmente.

#### 20. DESPESAS COM OPERAÇÕES DE CAPTAÇÃO NO MERCADO

	2º Semestre/2019	2019	2018
Despesas de depósitos interfinanceiros	(94.097)	(169.048)	(72.873)
Despesas de depósitos a prazo	(67.864)	(102.606)	(29.466)
Despesas de aceites e emissão de títulos	(18.042)	(37.859)	(21.482)
Despesas de dívidas subordinadas	(2.516)	(5.863)	(6.946)
Despesa de contribuição ao fundo garantidor de créditos	(1.327)	(2.197)	(539)
<b>Total</b>	<b>(183.846)</b>	<b>(317.573)</b>	<b>(131.306)</b>

#### 21. DESPESAS DE PESSOAL

	2º Semestre/2019	2019	2018
Proventos	(29.885)	(54.001)	(51.947)
Encargos sociais	(9.535)	(18.107)	(19.058)
Benefícios	(4.839)	(9.759)	(9.621)
Treinamentos	(1.236)	(1.648)	(875)
Despesas de remuneração de estagiários	(94)	(168)	(169)
<b>Total</b>	<b>(45.589)</b>	<b>(83.683)</b>	<b>(81.670)</b>

#### 22. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º Semestre/2019	2019	2018
Despesa de serviços de terceiros	(23.004)	(37.781)	(22.114)
Despesa de serviços técnicos especializados	(9.574)	(17.591)	(18.632)
Despesa de processamento de dados	(6.700)	(9.880)	(7.797)
Despesa de gravame	(4.154)	(7.035)	(7.357)
Despesa de comissão de fiança	(3.188)	(5.615)	(5.189)
Despesa de remarketing	(2.565)	(5.116)	(4.920)
Despesa de aluguel	(1.607)	(3.022)	(3.792)
Despesa de promoções e relações públicas	(1.579)	(2.661)	(2.487)
Despesa de depreciação	(1.068)	(2.055)	(2.247)
Despesa de comunicações	(1.060)	(1.964)	(1.896)
Despesa de viagem	(794)	(1.597)	(1.418)
Despesa de notificação, emolumentos e cartórias	(507)	(1.133)	(1.073)
Despesa de propaganda e publicidade	(350)	(987)	(933)
Despesa de seguros	(138)	(138)	(127)
Despesa de amortização	(11)	(28)	(72)
Outras despesas administrativas	(3.343)	(6.535)	(6.205)
<b>Total</b>	<b>(59.642)</b>	<b>(103.138)</b>	<b>(86.259)</b>

#### 23. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2º Semestre/2019	2019	2018
COFINS	(11.694)	(22.138)	(17.853)
PIS	(1.900)	(3.597)	(2.901)
ISSQN	(741)	(1.478)	(871)
Outras	(246)	(722)	(406)
<b>Total</b>	<b>(14.581)</b>	<b>(27.935)</b>	<b>(22.031)</b>

#### 24. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2º Semestre/2019	2019	2018
Rendas de comissões de permanência	7.866	29.985	35.738
Recuperação de encargos e despesas	7.057	14.463	18.498
Reversão de provisões operacionais	3.291	13.051	8.383
Rendas de atualizações monetárias ativas	3.047	6.705	7.618
Outras rendas operacionais	2.055	4.895	3.934
<b>Total</b>	<b>23.316</b>	<b>69.099</b>	<b>74.171</b>

#### 25. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2º Semestre/2019	2019	2018
Descontos concedidos em contratos renegociados	(6.837)	(21.545)	(33.048)
Provisão para contingências trabalhistas	(10.998)	(20.014)	(23.732)
Provisão para contingências fiscais	(2.632)	(5.438)	(5.792)
Provisão para contingências cíveis	(2.132)	(3.078)	(2.312)
Provisão de desconto sobre duplicatas liquidadas antecipadamente	-	-	(9.713)
Outras despesas operacionais	(135)	(1.759)	(1.553)
<b>Total</b>	<b>(22.734)</b>	<b>(51.834)</b>	<b>(76.150)</b>

#### 26. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	2º Semestre/2019	2019	2018
Reversão de provisão para desvalorização de bens não de uso	17.144	49.946	39.229
Constituição de provisão para desvalorização de bens não de uso	(17.931)	(25.811)	(26.048)
Prejuízo na alienação de bens não de uso	(8.016)	(19.150)	(24.946)
Lucro na alienação de bens não de uso	8.740	12.441	16.077
Outras	368	765	(16)
<b>Total</b>	<b>305</b>	<b>18.191</b>	<b>4.296</b>

#### 27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2º Semestre/2019	2019	2018
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>210.681</b>	<b>395.681</b>	<b>264.643</b>

Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente

Contribuição social adicional de 5%

**Efeitos das adições e exclusões no cálculo dos tributos**

	2019	2018
Adições temporárias e definitivas	(60.586)	(105.348)
Exclusões temporárias e definitivas	72.729	141.854
PAT e adicional do IR	358	741
Ajuste provisão base 2017	-	-
Baixa imposto na fonte 2018	(21)	(21)
Provisão Diferida sobre SELIC - Depósito Judicial	-	-
<b>Imposto de renda e contribuição social do semestre/exercício</b>	<b>(71.792)</b>	<b>(121.046)</b>

**Impostos diferidos**

Adições/exclusões temporárias

**Imposto de renda e contribuição social - diferido (Nota 10)**

**Total do imposto de renda e contribuição social**

**Lucro líquido do semestre/exercício**

**28. PROVISÕES, PASSIVOS, CONTINGÊNCIAS ATIVAS E PASSIVAS**

O Banco e sua controlada são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

##### a. Composição das provisões

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência passada referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	2019		2018	
	Provisões	Depósitos	Provisões	Depósitos
<b>Trabalhistas<sup>1</sup></b>	<b>42.239</b>	<b>739</b>	<b>42.839</b>	<b>881</b>
<b>Cíveis<sup>2</sup></b>	<b>14.945</b>	<b>2.359</b>	<b>16.318</b>	<b>3.870</b>
<b>Outras</b>	<b>92</b>	<b>92</b>	<b>92</b>	<b>92</b>
<b>Fiscais<sup>3</sup></b>	<b>155.464</b>	<b>155.536</b>	<b>150.257</b>	<b>150.498</b>
<b>Federais</b>	<b>155.464</b>	<b>155.513</b>	<b>150.257</b>	<b>150.075</b>
COFINS	133.732	133.732	129.055	129.0

# Banco Mercedes-Benz

## Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A.

CNPJ nº 60.814.191/0001-57  
Avenida do Café, 277 - Torre A - 6º Andar - Jabaquara  
CEP: 04311-900 - São Paulo - SP  
Tel.: (11) 3792-9700 - Fax: (11) 3792-9947



☆ continuação

### DIRETORIA

**CHRISTIAN HENDRIK SCHUELER**  
Diretor-Presidente

**DIEGO FERNANDO MARIN**  
Diretor

**DIEGO JULIO NOVELLINO**  
Diretor

**MARCELO FESTUCIA**  
Diretor

**TATIANA YOKAYAMA E SILVA**  
Diretora

### CONTADOR

**RENATO HIDEO WATANABE**  
CRC 1SP 119899/O-8

## RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - EXERCÍCIO DE 2019

O Comitê de Auditoria do Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A., instituição líder do Conglomerado Prudencial do Banco Mercedes-Benz, foi instituído em 2012 em atendimento à Resolução nº 3.198/04 do Conselho Monetário Nacional - CMN e é responsável por supervisionar o Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A. e Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A., em conjunto aqui denominado "Conglomerado", além do Conglomerado Prudencial Mercedes-Benz do Brasil e as Demonstrações Financeiras Consolidadas em I.F.R.S. do Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A., avaliando a qualidade e a integridade das demonstrações financeiras do Conglomerado, verificando o cumprimento das exigências legais e regulamentares e a efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente e dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes. O Comitê de Auditoria aborda questões exercidas sobre um conjunto de políticas e procedimentos que objetivam aderência a dispositivos legais e regulamentares; recomendando a correção e/ou aprimoramento de políticas, procedimentos e práticas identificadas no âmbito de suas atribuições, sempre que julgado necessário.

As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Administração, nas apresentações realizadas para as Diretorias; nas áreas responsáveis pelo gerenciamento de riscos, gerenciamento de capital, controles internos; de análises decorrentes de observações diretas e nas auditorias interna e independente.

As demonstrações financeiras das Instituições que compõem o "Conglomerado", do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram analisadas e aprovadas pelo Comitê de Auditoria, confirmando a qualidade dos saldos das principais contas do balanço

patrimonial, bem como das demonstrações de resultados, incluindo notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

Os aspectos relativos à efetividade das estruturas das áreas de Gerenciamento de Riscos e de Controles internos; foram acompanhados pelo Comitê de Auditoria, as quais apresentaram seus processos, estruturas, atividades realizadas e planejamento de atividades futuras.

A Auditoria Interna, cujo planejamento anual de suas atividades é aprovado e acompanhado por este Comitê, realiza trabalhos de auditoria utilizando-se de metodologia atualizada e reconhecida pelo mercado.

As oportunidades de melhoria identificadas foram encaminhadas aos respectivos responsáveis e a implementação das recomendações acompanhadas no âmbito do Comitê de Auditoria. O Comitê considerou a efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos; onde se conclui que não há falhas no cumprimento da legislação, na regulamentação e nas normas internas que possam colocar em situações de risco e que possam afetar a solidez do Conglomerado.

O volume e a qualidade das informações fornecidas pela auditoria externa, as quais apoiam sua opinião acerca da integridade das demonstrações financeiras, foram consideradas pelo Comitê como plenamente satisfatórias.

A comunicação com os auditores independentes sobre todos os aspectos relevantes, as demonstrações financeiras e a posição patrimonial apresentaram-se adequadas para todo o Conglomerado, fundamentando-se na integridade das práticas contábeis adotadas no Brasil decorrentes da legislação societária, das normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

Em decorrência da Resolução CMN 3.849/2010 e 4.433/2015, que dispõe sobre unidades de Ouvidoria para as instituições, foram executados trabalhos específicos no

exercício findo em 31 de dezembro de 2019; o relatório do Diretor Responsável pela Ouvidoria e no que se refere às observâncias das normas e regulamentos aos direitos do consumidor foram apresentados e discutidos com o Comitê de Auditoria, não apresentando necessidade de ações adicionais.

Os membros do Comitê de Auditoria do Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A., instituição líder do Conglomerado Prudencial do Banco Mercedes-Benz, ponderadas devidamente suas responsabilidades e limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação e com base nas atividades desenvolvidas no período, de procederem ao exame e análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do Relatório da Administração concluíram que os trabalhos foram adequados e executados com objetividade e obediência às normas e regulamentos relacionadas à independência, e concluem que estas refletem adequadamente as posições patrimonial e financeira do Conglomerado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

**Comitê de Auditoria**  
São Paulo, 13 de março de 2020  
**CHRISTIAN HENDRIK SCHUELER**  
Presidente e Membro  
do Comitê de Auditoria  
**DIEGO JULIO NOVELLINO**  
Membro Qualificado  
do Comitê de Auditoria  
**TATIANA YOKAYAMA E SILVA**  
Membro do Comitê de Auditoria  
**MARCELO FESTUCIA**  
Membro do Comitê de Auditoria

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Ao Acionista e aos Diretores do Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A. São Paulo - SP**

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN").

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma

relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o

proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de março de 2020



**KPMG Auditores Independentes**  
CRC 2SP014428/O-6

**Marco Antonio Pontieri**  
Contador - CRC 1SP153569/O-0

[www.bancomercedes-benz.com.br](http://www.bancomercedes-benz.com.br)